

Pronaf Jovem: Os saberes de estudantes assentados sobre a linha de crédito em Santana do Livramento, RS, Brasil¹

DOI: <https://doi.org/10.32870/cl.v2i33.8129>

Fabio Bisollotti¹

ORCID: 0009-0007-9407-0948

Universidade Federal do Pampa
Brasil

Mitali Daian Alves Maciel²

ORCID: 0000-0002-6639-3922

Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Alessandra Troian³

ORCID: 0000-0001-8207-6436

Universidade Federal do Pampa, Brasil

Resumo

A linha de crédito Jovem do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) configura-se como um importante mecanismo de incentivo à permanência da juventude no meio rural. Este estudo tem como objetivo analisar os saberes e percepções de estudantes, jovens assentados, sobre a linha de crédito Pronaf Jovem no município de Santana do Livramento/RS. A pesquisa adota uma abordagem mista. Na etapa quantitativa, foram aplicados questionários estruturados, com questões abertas e fechadas, a 41 jovens assentados, estudantes do ensino médio da Escola Estadual Antônio Conselheiro, com idades entre 15 e 22 anos, cujos dados foram analisados por meio da estatística descritiva. Na fase qualitativa, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, analisadas com base na técnica de análise de conteúdo. Os resultados indicam que, embora a maioria dos jovens valorize a vida no campo e 63,41% manifeste o desejo de permanecer nele, apenas 24% conhecem efetivamente o Pronaf Jovem. A desinformação e o baixo nível de conhecimento sobre o programa surgem como os principais obstáculos enfrentados pelos jovens rurais no acesso ao crédito, comprometendo o potencial do Pronaf como instrumento de fortalecimento da agricultura familiar.

Palavras-chave: Agricultura familiar, jovens rurais, política de crédito, crédito rural

Pronaf Jovem: Settler students' knowledge of the credit line in Santana do Livramento, RS, Brazil

Abstract

Contextualizaciones *Latinoamericanas* 248

Alves, M. & Troian, A.

The Youth Credit Line of the National Program for Strengthening Family Farming (Pronaf) represents an important mechanism to encourage young people to remain in rural areas. This study aims to analyze the knowledge and perceptions of students—young settlers—regarding the Pronaf Youth Credit Line in the municipality of Santana do Livramento/RS. A mixed-methods approach was adopted. In the quantitative phase, structured questionnaires with open and closed questions were applied to 41 young settlers, aged between 15 and 22, who are high school students at the Antônio Conselheiro State School. The data were analyzed using descriptive statistics. In the qualitative phase, semi-structured interviews were conducted and examined through content analysis. The results show that although most young people value rural life and 63.41% express a desire to remain in the countryside, only 24% are familiar with the Pronaf Youth Credit Line. Lack of information and low awareness about the program emerge as the main challenges faced by rural youth in accessing credit, limiting Pronaf’s potential as an instrument for strengthening family farming.

Keywords: Family farming, rural youth, credit policy, rural credit

Introdução

A formulação de políticas públicas surge da necessidade do Estado em responder a demandas sociais em áreas como saúde, educação, habitação, segurança e agricultura (Souza, 2006). No contexto rural, o apoio estatal aos produtores iniciou-se em 1935, com a criação da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI), passando por transformações significativas ao longo do tempo (Redivo, 2018). Até a década de 1990, a agricultura familiar, tradicionalmente associada à subsistência, foi negligenciada em favor do agronegócio de escala industrial e da produção de commodities para exportação (Grisa, Wesz Junior & Buchweitz, 2014).

A trajetória de fortalecimento da agricultura familiar no Brasil inclui a criação do Programa de Valorização da Pequena Produção (Provap) em 1994, que, embora com resultados limitados, abriu caminho para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), instituído em 1996. O Pronaf representa o reconhecimento estatal das especificidades dos agricultores familiares, até então designados como pequenos produtores ou agricultores de subsistência (Schneider, Cazella & Mattei, 2021).

O Pronaf busca fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar, oferecendo suporte técnico e financeiro para o desenvolvimento rural sustentável, geração de emprego e renda (Carvalho & Costa, 2020; Schneider, Cazella & Mattei, 2021). Desde 2003, o programa ampliou seu público-alvo, ajustou prazos de pagamento e reduziu juros, além de diversificar suas linhas de crédito para atender diferentes segmentos, como a juventude rural por meio do Pronaf Jovem (Mattei, 2015).

Segundo Marin (2020), o Pronaf Jovem, destinado a jovens rurais de ambos os sexos, objetiva criar alternativas produtivas geradoras de renda, incentivando a permanência no campo, a autonomia financeira e a integração aos mercados, ao sistema bancário e às redes de desenvolvimento rural. O programa busca enfrentar o desafio da sucessão rural, oferecendo suporte técnico e financeiro para projetos individuais ou familiares (Breitenbach & Troian, 2020; Marin, 2020).

Contudo, o Pronaf Jovem ainda atinge um número limitado de beneficiários, devido a barreiras como excesso de burocracia, baixa credibilidade dos jovens junto às instituições financeiras e insuficiente divulgação do programa (Gugel et al., 2017). Esses fatores comprometem a efetividade da política e a permanência dos jovens no meio rural.

Em estudo realizado em Santana do Livramento/RS, Breitenbach e Troian (2020) evidenciaram que 49,1% dos jovens que pretendem cursar o ensino superior não desejam retornar ao campo após a graduação, 35,6% não pretendem assumir a sucessão familiar e 49,2% não demonstram interesse na gestão das propriedades. As autoras identificaram fatores como dificuldades no trabalho agrícola, escassez de terra, baixa autonomia gerencial e a pressão exercida por grandes propriedades como determinantes desse cenário.

Compreender a juventude rural exige análise dos contextos econômicos, sociais e culturais que moldam a expe-

riência dos jovens no campo. Jovens rurais enfrentam desafios específicos relacionados ao acesso a recursos, emprego e serviços, mas também demonstram forte vínculo com a terra e a comunidade, além de potencial inovador para a revitalização do espaço rural (Troian & Breitenbach, 2018; Marin, 2020).

Diante desse cenário, esta pesquisa visa analisar os saberes de jovens assentados sobre a linha de crédito Pronaf Jovem em Santana do Livramento/RS. O estudo concentra-se em estudantes do ensino médio da Escola Estadual Antônio Conselheiro, no assentamento Bom Será, atendendo alunos de dez assentamentos do município (PPP, 2024).

Localizado na Fronteira Oeste do RS, Santana do Livramento abriga 30 assentamentos do INCRA, totalizando cerca de 907 famílias e 26.528 hectares (Ferron, Troian & Breitenbach, 2021). Apesar do potencial da agricultura familiar na região, o êxodo rural permanece um desafio, afetando a sucessão e a sustentabilidade das atividades agrícolas (Troian et al., 2011; Troian, 2014; Breitenbach & Troian, 2020).

O Pronaf Jovem é estratégico nesse contexto, pois o acesso ao crédito está relacionado ao aumento da produtividade e da renda familiar, influenciando a decisão dos jovens quanto à permanência no campo (Araújo, Alencar & Vieira Filho, 2020). Compreender a percepção desses jovens sobre o programa é essencial para aprimorar sua eficácia e ampliar seu alcance.

Este artigo está organizado em cinco seções, além desta introdução: a seguir, discute-se o crédito rural como política pública no Brasil, o histórico do Pronaf e a especificidade do Pronaf Jovem; na sequência, descreve-se a metodologia adotada, apresentam-se e discutem-se os resultados da pesquisa; e, por fim, são expostas as considerações finais e as referências bibliográficas.

Crédito rural

O Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), instituído em 1965, representa um marco na política de crédito rural brasileira. Ao oferecer crédito agropecuário com juros reduzidos e condições de pagamento facilitadas, o SNCR buscou estimular o investimento, o desenvolvimento, o armazenamento e a industrialização de produtos agropecuários, proporcionando aos produtores recursos para custeio e financiamentos que fortalecem a produção e contribuem para a melhoria da qualidade de vida no campo (Banco do Brasil, 2004).

Antes da criação do SNCR, o crédito rural era disponibilizado exclusivamente pelo Banco do Brasil, segundo as diretrizes da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial (CREAI). Contudo, problemas como prazos de quitação insuficientes para os agricultores e a destinação restrita dos recursos para itens como sementes, adubos, gado e despesas de entressafra limitaram a efetividade da política. Além disso, o crédito para a indústria apresentava condições mais vantajosas, como prazos mais longos e valores superiores, o que contribuiu para a descontinuidade do crédito agrícola (Redivo, 2018).

Entre 1965 e 1980, o crédito rural e as políticas públicas agrícolas brasileiras priorizaram a modernização da agricultura, estimulando a adoção de tecnologias e o aumento da produtividade, especialmente entre os grandes produtores de commodities. Durante o Regime Militar, os pequenos agricultores e seus representantes, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), tiveram participação limitada na formulação dessas políticas. Essa exclusão resultou em um cenário no qual as demandas da agricultura familiar eram desconsideradas, enquanto as políticas agrícolas refletiam os interesses de gestores públicos, acadêmicos e setores econômicos voltados à modernização e à expansão da produção (Grisa & Schneider, 2015).

A partir do final da década de 1970, esse panorama começou a mudar, quando a Contag adotou uma postura mais combativa, reivindicando políticas públicas adaptadas às necessidades da agricultura familiar. Esse movimento ganhou força com a redemocratização do país na década de 1980, que permitiu maior participação da sociedade civil nas decisões políticas. As negociações resultantes possibilitaram a criação de programas específicos, como o Pronaf. A participação efetiva de organizações como a Contag no Conselho Deliberativo do Pronaf ilustra como esse processo de abertura política viabilizou a influência direta dos agricultores familiares na formulação de políticas públicas (Grisa & Schneider, 2015).

Alves, M. & Troian, A.

O Pronaf consolidou-se como um marco da atuação estatal voltada à agricultura familiar, oferecendo diferentes linhas de crédito e demonstrando o compromisso do governo com os distintos perfis de produtores que compõem esse segmento. Seus subprogramas oferecem variadas modalidades de financiamento e condições de pagamento, incentivando o desenvolvimento das propriedades, a adoção de práticas sustentáveis e agroecológicas, e a redução do êxodo rural (Gazolla & Schneider, 2013; Aquino & Schneider, 2015; Aquino, Gazolla & Schneider, 2021).

Nesse sentido, as políticas de crédito rural — em especial aquelas direcionadas à agricultura familiar — representam um pilar essencial da política agrícola nacional, como observam Fossá et al. (2024). Considerando a importância do Pronaf para esse segmento, destaca-se o papel do crédito rural como ferramenta para viabilizar e expandir a produção agropecuária, por meio do aporte de recursos financeiros. Apesar de sua relevância, a implementação de políticas específicas para a agricultura familiar ocorreu de forma relativamente tardia, como será discutido na seção seguinte.

Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

A agricultura familiar historicamente permaneceu à margem das ações estatais, raramente figurando na agenda de desenvolvimento do país. A Constituição de 1988 inaugurou novos caminhos para essa categoria social, ao reconhecer seus direitos e especificidades (Grisa & Schneider, 2015). Três protagonistas foram determinantes para impulsionar essas mudanças: a academia, que evidenciou os problemas socioeconômicos vividos pelos pequenos produtores rurais; os próprios agricultores, por meio de movimentos sociais e sindicatos; e o Estado, que passou a responder a essas demandas com novas políticas públicas (Noskoski et al., 2024).

A criação do Pronaf, instituído pelo Decreto nº 1.946 de 28 de junho de 1996, estabeleceu uma nova relação entre o Estado brasileiro e a agricultura familiar, ao proporcionar uma linha de financiamento exclusiva para esse segmento (Aquino & Schneider, 2015). Sua implementação representou um marco na oferta de crédito rural para agricultores familiares (Machado et al., 2024). Por meio do financiamento à modernização das propriedades, da capacitação dos produtores e da diversificação da economia familiar, o Pronaf impulsionou o desenvolvimento econômico e social de inúmeras famílias (Grisa, Wesz Junior & Buchweitz, 2014).

Desde então, o Pronaf passou por um processo contínuo de aprimoramento, com atualizações voltadas à ampliação do público beneficiário e à flexibilização das normas financeiras, simplificando procedimentos e tornando o acesso ao crédito mais ágil (Grisa, Wesz Junior & Buchweitz, 2014). Atualmente, o programa oferece nove linhas de crédito, contemplando diferentes perfis de pequenos agricultores, com opções de crédito para custeio — geralmente com prazo de quitação de um ano — e para investimento, que pode ser quitado em até dez anos, variando conforme a linha contratada e o bem financiado (BNDES, 2024a).

Para acessar o Pronaf, é necessário estar formalizado como produtor rural familiar e possuir o Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) ativo. São considerados aptos: produtores rurais familiares (proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros e assentados), pescadores, aquicultores, extrativistas, silvicultores e quilombolas, desde que cumpram requisitos como renda bruta anual de até R\$ 500 mil, uso predominante de mão de obra familiar, residência no imóvel ou em local próximo, e área produtiva de até quatro módulos fiscais (BNDES, 2024).

Segundo Fossá, Villwock & Matte (2024), entre 2013 e 2022 observou-se um aumento no montante financeiro liberado em crédito rural, com mais de 20,9 milhões de contratos firmados, totalizando recursos superiores a R\$ 1,8 trilhão. Entretanto, o número de contratos efetivados caiu de 2.766.697 em 2013 para 1.908.325 em 2022. A análise também evidencia a concentração regional do crédito, especialmente na Região Sul, com forte destinação a monoculturas. Estados como os três do Sul, além de Minas Gerais, São Paulo, Bahia e Tocantins, destacam-se como os maiores beneficiários, refletindo disparidades na distribuição territorial do crédito rural. Considerando essa realidade, o subprograma Pronaf Jovem é explorado na seção seguinte, por sua relevância para a sucessão rural e permanência da juventude no campo.

Pronaf Jovem

A juventude rural tem ganhado crescente destaque em espaços acadêmicos, movimentos sociais e na formulação de políticas públicas. Sua participação ativa é considerada fundamental na construção de políticas sociais que reconhecem os jovens como sujeitos de direitos (Barcellos, 2021). O Pronaf Jovem foi criado com o propósito de melhorar as condições de permanência dos jovens no campo, financiar investimentos produtivos e fortalecer a agricultura familiar, ao disponibilizar recursos que permitam a concretização de projetos próprios. No entanto, apesar dos objetivos propostos, os jovens enfrentam dificuldades significativas no acesso ao crédito, como excesso de burocracia, exigências inadequadas dos agentes financeiros e critérios de elegibilidade que nem sempre correspondem às suas realidades (Marin, 2020).

Estudos de Gugel et al. (2017), Fossá, Badalotti & Tonezer (2018) e Marin (2020) destacam a necessidade de aprimorar as condições de acesso ao Pronaf Jovem. Entre as melhorias sugeridas, incluem-se: simplificação documental, aumento da capacitação técnica dos jovens, suporte na elaboração e execução de projetos e ampliação dos limites de crédito. Desde sua criação, o Pronaf Jovem passou por importantes modificações: inicialmente restrito a jovens de 16 a 25 anos, com limite de R\$ 6.000,00 e juros de 1% ao ano para um único financiamento; atualmente permite crédito de até R\$ 30 mil, com juros de 3% ao ano e possibilidade de até três financiamentos por beneficiário, desde que as dívidas anteriores estejam quitadas (BNDES, 2024b).

Em 2016, jovens de até 29 anos representaram apenas 10,4% dos contratos do Pronaf (Gugel et al., 2017). Apesar da existência específica do Pronaf Jovem, muitos jovens optam por outras linhas do Pronaf, como o Mais Alimentos, por oferecerem limites de financiamento mais elevados e menor burocracia.

Uma parcela dos jovens agricultores acessa outras linhas de crédito do Pronaf, sejam pelos limites de financiamento das mesmas (muitas vezes mais adequados às suas necessidades), pela existência de entraves burocráticos menos rígidos ou pela ‘posição’ ocupada por estes jovens como gestores na sucessão das unidades familiares de produção. (Gugel et al., 2017, p. 9).

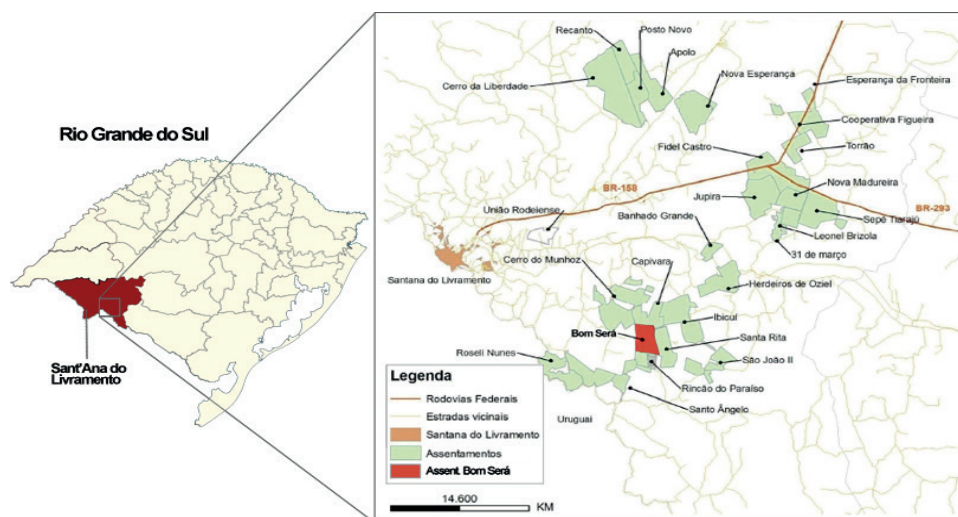
De fato, ao comparar o Pronaf Jovem com o subprograma Pronaf Mais Alimentos, observa-se uma disparidade expressiva nos valores: o Mais Alimentos oferece até R\$ 450 mil para atividades específicas, R\$ 80 mil para moradia e R\$ 250 mil para outras finalidades, com juros entre 2,5% e 6%, enquanto o Pronaf Jovem é limitado a R\$ 25 mil para implantação, ampliação ou modernização de atividades agropecuárias (BNDES, 2024b).

Barcellos (2021) analisou a formulação da política de crédito rural voltada à juventude, ressaltando aspectos históricos e a interdependência entre os atores envolvidos. Sua análise evidencia entraves recorrentes no Pronaf Jovem, como a burocracia excessiva, falta de transparência, preconceito geracional e dificuldades na obtenção da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), aspectos também identificados por movimentos sociais e estudos acadêmicos. Na próxima seção, apresenta-se a metodologia adotada neste estudo.

Metodologia

O estudo se caracteriza pela utilização de método misto, que combina as abordagens quantitativas e qualitativas. Essa metodologia pode ser aplicada em qualquer área do conhecimento, na busca por solucionar problemas ou construir teorias, a partir de lacunas teórico-práticas (Johnson *et al.*, 2007; Galvão, Pluye e Ricarte, 2018). Para analisar o saber dos estudantes, jovens assentados, acerca da linha de crédito Pronaf Jovem, o estudo se limitou a jovens que cursam o ensino médio na Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro, no assentamento Bom Será localizado no 2º Distrito Itaquiatiá, em Santana do Livramento/RS (Figura 1). A escola possui 135 estudantes matriculados, sendo 54 no ensino médio e os demais no ensino fundamental. Foram aplicados questionários estruturados contendo questões abertas e fechadas, no dia 12 de agosto de 2024.

Figura 1 – Localização assentamento Bom Será, Santana do Livramento, Rio Grande do Sul, Brasil



Fonte: Adaptado de Aguiar (2011, p. 34).

Foram aplicados questionários estruturados contendo questões abertas e fechadas, no dia 12 de agosto de 2024, a 41 estudantes regularmente matriculados nas turmas do 1º, 2º e 3º ano do ensino médio. Isto é, participaram da pesquisa, todos os presentes em aula no dia da aplicação do questionário, representado 75,93% do total estudantes, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1 – *Alunos matriculados no ensino médio da Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro, SL/RS*

Turma	Total de estudantes matriculados	Total de estudantes respondentes – etapa questionário	Estudantes entrevistados
Alunos do 1º ano	23	19	2
Alunos do 2º ano	16	10	-
Alunos 3º ano	15	12	-
Total	54	41	2

Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa de campo (2024).

Os dados quantitativos foram analisados a partir da estatística descritiva, no qual foram examinadas as variáveis relacionadas ao perfil dos jovens, como a idade, nível escolar, renda familiar, assim como os conhecimentos sobre o Pronaf Jovem. Dos estudantes que responderam à pesquisa quantitativa, dez jovens (cerca de 24%) afirmaram conhecer o Pronaf Jovem. Esses estudantes foram convidados a participar da etapa qualitativa da pesquisa, que consistiu em entrevista. Dois estudantes aceitaram o convite e foram entrevistados.

As entrevistas foram realizadas no dia 16 de outubro de 2024, na escola, por meio de roteiro semiestruturado, elaborado previamente, como base na literatura. O roteiro de entrevista buscou entender a experiência e a percepção dos jovens em relação ao Pronaf Jovem, abrangendo questões relacionadas ao acesso a informações; à experiência com o crédito; a sugestões de melhoria e ao impacto do programa no desenvolvimento da agricultura familiar e na permanência dos jovens no campo. Para garantir o anonimato dos participantes da pesquisa, os jovens foram renomeados como entrevistado 01 e entrevistado 02, seguindo a ordem de realização de entrevista. As entrevistas foram transcritas e a análise foi conduzida a partir de uma aproximação da análise de conteúdo de Bardin (2011). Os dados foram organizados, agrupando as respostas em categorias.

-se a Matriz de Crédito Rural – que reúne o conjunto de dados sobre as operações de crédito rural registradas no país – disponibilizada pelo Banco Central do Brasil, para averiguar a dinâmica de funcionamento do Pronaf Jovem nos últimos anos, considerando a quantidade de contatos efetivados, o valor total financiado e o valor médio dos contatos. Os valores foram deflacionados pelo Índice Geral de Preços - Mercados (IGP-M) e representam os preços de dezembro de 2024, indicando que os valores foram ajustados para a inflação, permitindo uma comparação ao longo do tempo.

Conhecendo os jovens rurais: perfil, participação familiar e conhecimento sobre o Pronaf Jovem

A juventude rural traz em sua essência um conjunto de experiências individuais e coletivas, caracterizando-se como um agente importante na continuidade das atividades produtivas familiares. O resgate de suas experiências é fundamental para fortalecer a sua identidade rural, perante o cenário constantemente desafiador enfrentado pela agricultura familiar (Drebes e Oliveira, 2018). Logo, compreender as transformações que ocorrem no cenário rural é essencial para entender o anseio dos jovens do campo em realizar atividades produtivas e permanecer nesse ambiente. Isto possibilita a criação de estratégias e políticas públicas direcionadas a esse grupo, reduzindo os esvaziamentos dos espaços rurais e promovendo um desenvolvimento baseado em oportunidades para esses jovens (Costa, Corbari e Zonin, 2021). A Tabela 2, a seguir, sintetiza a distribuição dos participantes da pesquisa, revelando que a maioria (85,4%) têm entre 15 e 17 anos, com uma leve predominância feminina. A maioria dos participantes é solteira (97,6%), sendo que 31,7% namoram e apenas 2,4% são casados. Quanto ao ano escolar, 46,3% cursam o 1º ano do ensino médio, 24,4% o 2º ano e 29,3% o 3º ano.

Tabela 2 – Perfil dos jovens estudantes do ensino médio da Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro, Santana do Livramento/RS

Variáveis	Descrição	Porcentagem (%)	Número de respostas
Sexo	Masculino	46,3%	19
	Feminino	53,7%	22
Idade	15 anos	24,4%	10
	16 anos	31,7%	13
	17 anos	29,3%	12
	18 anos	7,3%	3
	19 anos	4,9%	2
	22 anos	2,4%	1
Estado civil	Solteiro (a)*	97,6%	40
	Casado (a)	2,4%	1
Escolaridade	Alunos do 1º ano	46,3%	19
	Alunos do 2º ano	24,4%	10
	Alunos do 3º ano	29,3%	12

*Do total de solteiros (as), 13 jovens (31,7%) namoram.

Fonte: Elaboração Própria, a partir da pesquisa de campo (2024).

Ao comparar os dados da pesquisa com o Censo Escolar de 2023, disponibilizado pelo Ministério da Educação (MEC), no segundo semestre de 2023, observa-se que 83,6% dos jovens entre 15 e 17 anos frequentam o ensino médio em escolas estaduais no Brasil, o que se alinha ao perfil dos respondentes do estudo. Para entender melhor o público-alvo, os jovens foram questionados sobre sua participação na gestão da propriedade familiar, cujos resultados se encontram na Tabela 3.

Tabela 3 – Gestão e participação dos jovens estudantes da Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro em Santana do Livramento/RS, nas atividades do lote

Variáveis	Descrição	Porcentagem (%)	Número de respostas
Proprietário do lote	Pai	43,9%	18
	Mãe	19,5%	8
	Pai e Mãe	14,6%	6
	Família*	4,8%	2
	Avós	7,3%	3
	Aluno	2,4%	1
	Patrão	2,4%	1
	Não respondeu	4,8%	2
Quem faz a gestão do lote?	Pai	43,9%	18
	Mãe	17%	7
	Pai e Mãe	12,1%	5
	Família	12,1%	5
	Avós	2,4%	1
	Aluno	2,4%	1
	Patrão	2,4%	1
	Tio	2,4%	1
	Não responderam	4,8%	2
Participação nas atividades do lote	Sim	97,5%	40
	Não	2,5%	1

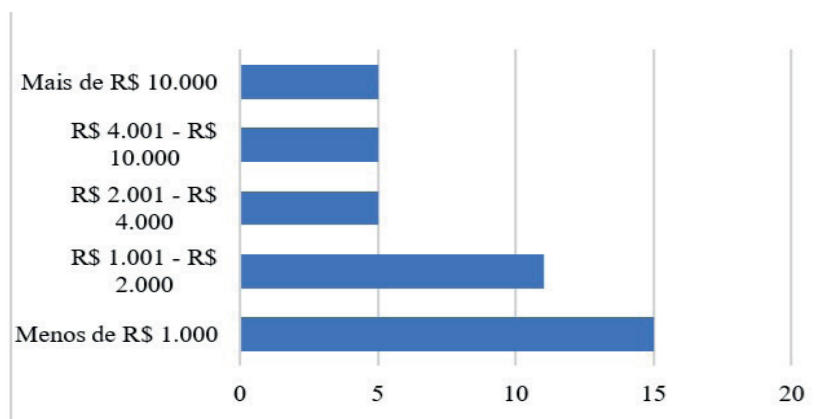
*Família: refere-se aos pais e irmãos que administram a propriedade juntos.

Fonte: Elaboração Própria, a partir da pesquisa de campo (2024).

A Tabela 3 revela que a figura paterna é predominante na posse e gestão da propriedade familiar, com 43,9% em ambas as categorias. A presença materna também é significativa, com 19,5% dos lotes em sua posse e 17% sob sua gestão. Além disso, há casos de parentes responsáveis pela posse e gestão. Independentemente do responsável, 97,5% dos jovens assentados participam das atividades diárias do lote.

Breitenbach e Troian (2020), em pesquisa realizada no município de Santana do Livramento/RS, evidenciaram que 78% dos jovens rurais participam das atividades da unidade de produção, porém quando se trata da gestão da propriedade, o número diminui, consideravelmente, para 42,4%. O estudo também revelou que há jovens que nunca participaram da tomada de decisão na unidade produtiva familiar.

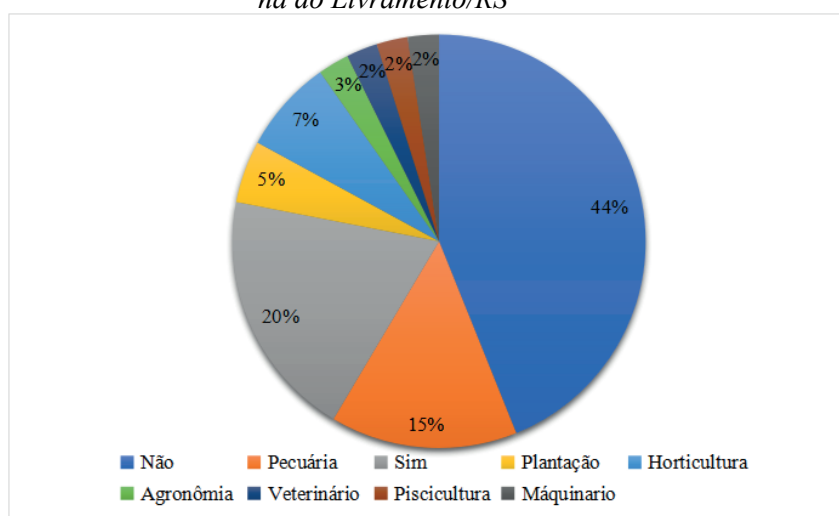
Miecoanki e Moraes (2019), apontam que os jovens rurais geralmente começam a trabalhar na unidade de produção desde cedo. Nesse momento, eles aprendem sobre a parte econômica e produtiva propriedade rural, além de entender as dificuldades da atividade. Para as autoras, é importante notar que as mulheres jovens do campo deixam o cenário rural mais cedo que os homens, configurando o que se conhece como masculinização da população rural. A seguir, o Gráfico 1 apresenta a renda média mensal familiar dos respondentes da pesquisa.

Conselheiro, Santana do Livramento/RS

A renda média mensal familiar da maioria dos jovens rurais participantes da pesquisa é de até R\$ 1.000 (36,6%). Além disso, 26,8% pertencem a famílias com renda entre R\$ 1.001 e R\$ 2.000. Juntos, esses dois grupos representam mais de 60% dos respondentes, evidenciando a predominância de famílias com baixa renda. Nas faixas de renda mais altas há uma distribuição parecida, 12,2% dos jovens têm renda familiar entre R\$ 2.001 e R\$ 4.000, o mesmo percentual para as famílias que ganham entre R\$ 4.001 e R\$ 10.000 ou mais de R\$ 10.000. Isso demonstra que a distribuição de renda entre as famílias dos jovens participantes é predominantemente baixa.

O estudo realizado por Silva, Antoniazzi e Novak (2019) em Ji-Paraná (RO) revelou que a intenção de permanecer no campo varia significativamente entre diferentes grupos de renda. Enquanto 40% dos agricultores familiares com renda inferior a um salário mínimo não pretendem continuar na atividade rural, apenas 5% dos que ganham entre três e seis salários mínimos compartilham dessa intenção. O cenário evidencia a influência da realidade econômica familiar na decisão dos jovens. O Gráfico 2, a seguir, apresenta dados sobre os projetos agrícolas dos jovens.

Gráfico 2 – Projeto agrícolas desejáveis dos alunos da Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro, Santana do Livramento/RS



Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa de campo (2024).

O Gráfico 2 indica que 18 jovens (44%) dos respondentes não têm projetos agrícolas em vista, enquanto oito alunos (20%) têm ideias não especificadas. Entre os projetos específicos, a pecuária se destaca (15%), seguida por horticultura (7%) e plantação (5%). Outras áreas de interesse incluem agronomia, veterinária, piscicultura e máquinas agrícolas.

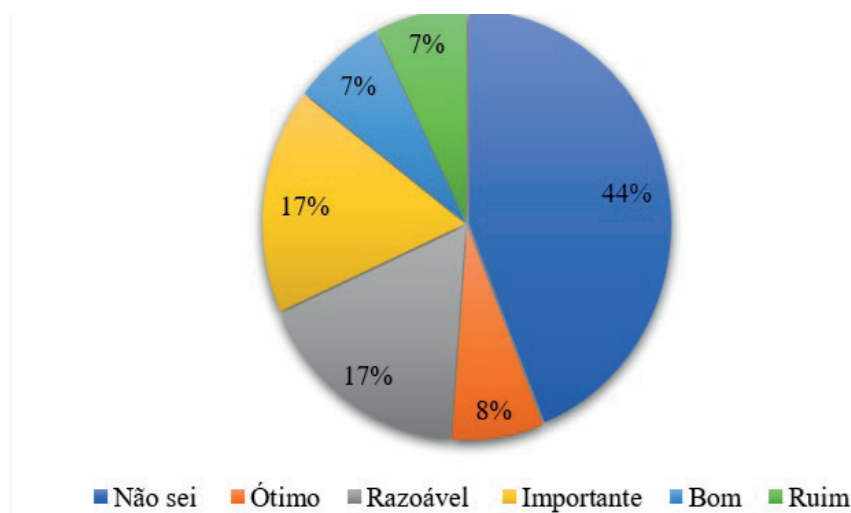
Alves, M. & Troian, A.

(3,1% cada). Embora os jovens apresentem diversos interesses, a maioria não possui projetos agrícolas específicos. Resultado similar foi encontrado por Marin (2020), no qual 52,4% dos jovens rurais priorizam a educação formal para buscar carreiras mais valorizadas fora da agricultura, o que pode explicar a baixa adesão a projetos agrícolas.

Cabe destacar que o interesse de alguns jovens pela pecuária remete à relevância da pecuária leiteira e de engorda na região Campanha Gaúcha (Cupsinski, 2015; Troian e Breitenbach, 2018). A menção à plantação provavelmente se refere ao cultivo da soja, hegemonia do agronegócio brasileiro, que se expandiu significativamente no município de Santana do Livramento, impulsionando investimentos e transformando o cenário agrícola local. Segundo Monteblando (2013), a estrutura produtiva histórica da região, centrada na pecuária extensiva, produção de lã, arroz e soja, permanece inalterada. Predominantemente composta por grandes propriedades rurais, a região negligencia os pequenos estabelecimentos rurais, que sofrem com crises econômicas, problemas ambientais e sociais, além da ausência de políticas públicas específicas.

A expansão da monocultura da soja no município levanta sérias preocupações sobre as mudanças no Bioma Pampa. A soja tem o potencial de causar erosão dos solos, degradação da qualidade da água e redução das pastagens naturais (Maia, Troian e Maciel, 2024). Antes da expansão do cultivo, o Pampa Gaúcho era caracterizado por extensas áreas de pecuária, que desempenharam um papel fundamental no desenvolvimento local e na conservação da biodiversidade (Santo, 2023). Posto isso, o Gráfico 3, na sequência, apresenta a percepção dos estudantes sobre o crédito rural disponível para a agricultura.

Gráfico 3 – Percepção dos jovens do ensino médio da Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro, Santana do Livramento/RS, acerca dos créditos rurais disponíveis para a agricultura



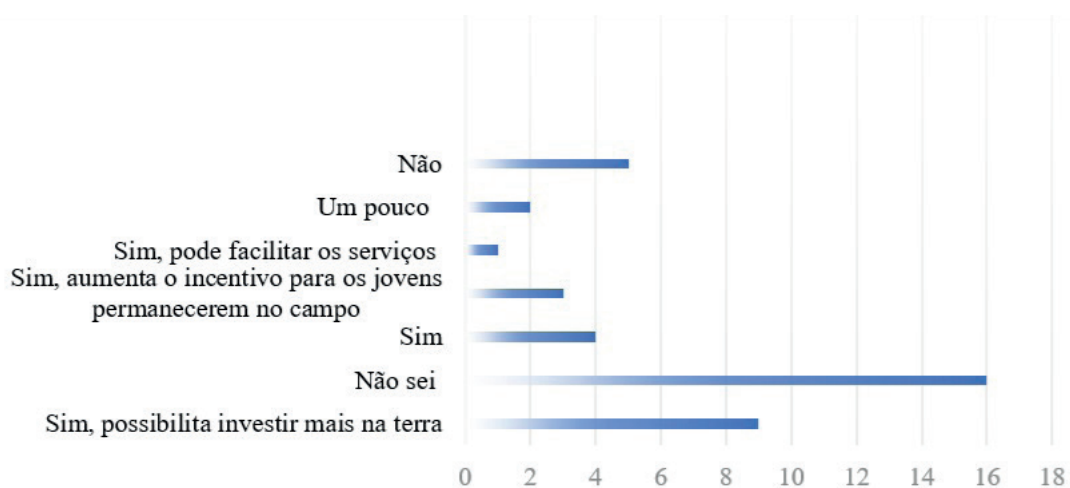
O Gráfico 3 evidencia que a maioria, 18 jovens (44,1%), não soube avaliar a relevância do crédito agrícola para o desenvolvimento das atividades produtivas. O fato se deve, possivelmente, à baixa participação na gestão da propriedade rural. Entre os que opinaram, sete jovens (17%) consideraram o crédito razoável e o mesmo percentual considerou como importante para a unidade de produção. Além disso, 8% dos jovens avaliaram o crédito como ótimo e 7,3% como bom e ruim, respectivamente. A pesquisa também demonstra um significativo desconhecimento sobre o Pronaf, uma vez que 26 jovens (63,4%) afirmaram não saber o que é o programa, e apenas 15 estudantes (36,6%) o conhecem. Sugere-se que a falta de conhecimento é natural, uma vez que os jovens não percebem a relevância do crédito rural para o desenvolvimento da agricultura familiar.

O conhecimento sobre o Pronaf Jovem é ainda mais limitado entre os estudantes, 31 jovens (76%) nunca obtiveram qualquer informação sobre o crédito. E apenas dez jovens (24%) conhecem o programa, principalmente, através de informações compartilhadas no ambiente familiar e escolar. Cabe frisar que o baixo conhecimento sobre o Pronaf Jovem, observado na pesquisa, era esperado e corrobora com o estudo de Marin (2020), que identificou o desconhecimento

dos jovens rurais sobre crédito rural. Em harmonia, Gugel *et al.* (2017), argumentam que essa falta de informações se reflete no número reduzido de contratos efetivados, como, por exemplo, no estado de Santa Catarina, em que somente 194 contratos do Pronaf Jovem foram realizados, entre os anos de 2004 e 2016, representando 0,013% do total das linhas do Pronaf no mesmo período.

Na sequência, os participantes do estudo foram questionados sobre o desejo de acessar recursos financeiros para investir no lote familiar ou custear a produção, via Pronaf Jovem. Apesar do interesse de 20 jovens (48,8%) em utilizar o programa para os fins apontados, a adesão é extremamente baixa, 39 jovens (95,1%) desconhecem a existência do crédito, e apenas dois (4,9%) conseguiram acessá-lo para custeio da produção. A dificuldade de acesso ao Pronaf Jovem, devido à burocracia e aos limites de financiamento inadequados, é apontada por estudos anteriores (Gugel *et al.*, 2017; Marin, 2020), como os principais fatores desmotivadores para os jovens. O Gráfico 4, a seguir, explora como o acesso ao crédito do Pronaf Jovem afeta a decisão dos jovens de permanecer no campo.

Gráfico 4 – Acesso do Pronaf Jovem e o desejo dos jovens do ensino médio da Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro, Santana do Livramento/RS, em permanecer no campo



O Gráfico 4 revela que 19 jovens (46,3%) indicaram que o acesso ao crédito pode aumentar a sua vontade de permanecer no campo. Dentre eles, para nove estudantes (21%), os motivos se relacionam à possibilidade de investir na terra – na unidade de produção familiar; três (7%) destacaram aumentar o incentivo para os jovens permanecerem no campo; dois jovens mencionaram que o crédito ajudaria “um pouco”; um jovem sinalizou para um maior incentivo e facilidade nos serviços; e quatro jovens responderam positivamente, mas sem fornecer maiores justificativas. No entanto, 16 jovens (39%) não souberam avaliar o impacto do crédito e cinco (12,2%) afirmaram que o Pronaf Jovem não influencia a sua decisão de permanecer no campo.

A incerteza dos jovens rurais sobre o impacto do crédito na permanência no campo pode estar relacionada às dificuldades enfrentadas no cenário rural, como os problemas vinculados à saúde, acesso ao lazer, às precárias condições das estradas rurais e ao trabalho braçal intenso, realidade na agricultura familiar. Assim, a busca por melhores condições econômicas e qualidade de vida leva os jovens a migrarem para a cidade, intensificando o êxodo rural (Ferron, Troian e Breitenbach, 2021).

Em pesquisa que buscou identificar fatores que influenciam a sucessão familiar e a permanência dos jovens no campo, Breitenbach e Corazza (2020), por outro lado, destacam alguns condicionantes que motivam os jovens do Rio Grande do Sul a permanecer no cenário rural. Dentre os motivos elencados, destacam-se: o lazer, a tranquilidade e a qualidade de vida no campo; a alimentação saudável e a moradia barata; a agricultura como boa alternativa de renda; as relações de confiança construídas com os vizinhos e a comunidade; a valorização das tradições familiares; a boa remuneração das atividades no campo; e o gosto pela profissão de agricultor. Portanto, conforme as autoras, outros fatores,

Alves, M. & Troian, A.

além das políticas públicas, são mais importantes para motivar os jovens a permanecerem no campo.

Em relação ao impacto do Pronaf Jovem na decisão de desenvolver atividades rentáveis no campo, 31 jovens (75,6%) afirmaram que o crédito ajudaria. De forma específica, 19 jovens (46,3%) acreditam que o Pronaf Jovem contribui diretamente para essa decisão, enquanto 12 jovens (29,3%) discordaram. Para mais, dez jovens (24,4%), manifestaram-se indecisos sobre permanecer no campo. Marin (2020), destaca que apesar do reconhecimento da influência do crédito na decisão de permanecer no campo, os jovens também expressam descontentamento com a dificuldade de acesso e dúvidas sobre como investir os recursos para obter lucro.

Silva (2025), em pesquisa realizada com 17 jovens do ensino médio, residentes em assentamentos de reforma agrária no município de Tamandaré (PE), constatou que apenas dois jovens conheciam o Pronaf Jovem e nenhum acessou à linha de crédito. Os jovens também relataram dificuldades em viver no campo, incluindo desafios como o acesso ao crédito rural pela família, a ausência de espaços para a comercialização, a falta de assistência técnica e de boas estradas rurais e outros serviços que poderiam melhorar a qualidade de vida e a rentabilidade de suas unidades produtivas. Destarte, os jovens rurais foram estimulados a sugerirem ideias para melhorar o acesso e a visibilidade da linha de crédito Pronaf Jovem. As sugestões foram organizadas na Tabela 4.

Tabela 4 – *Formas para potencializar a visibilidade do Pronaf Jovem entre os jovens rurais, na percepção de estudantes do ensino médio da Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro, Santana do Livramento/RS*

Formas para potencializar a divulgação do Pronaf Jovem	Como	Porcentagem (%)	Número de respostas
	Pelas mídias sociais	7,3%	3
	Pela escola	4,9%	2
	Com mais divulgação	12,2%	5
	Saindo os projetos	4,9%	2
	Com os jovens mostrando mais interesse em permanecer no campo	2,4%	1
	Não sabem responder	68,3%	28

Fonte: Elaboração própria, a partir da pesquisa de campo (2024).

Para potencializar a visibilidade da linha de crédito Pronaf Jovem, os estudantes sugeriram maior divulgação (12,2%), uso de mídias sociais (7,3%) e a disseminação de informações nas escolas (4,9%). A implementação de projetos do Pronaf (4,9%) e o interesse dos jovens pelo campo (2,4%), também foram mencionados. Contudo, a maioria (68,3%) não soube sugerir formas específicas de divulgação, evidenciando uma possível falta de conhecimento sobre o programa.

Embora todos os jovens (41) apreciem viver no campo, esta pesquisa revela uma discrepância entre o gosto pela vida no espaço rural e a intenção de permanecer. Posto que, apenas 26 jovens (equivalente a 63,41%) desejam ficar no campo. No entanto, 31 jovens (75,61%) acreditam que o acesso ao Pronaf Jovem aumentaria seu desejo de permanecer. Estudos como o de Troian *et al.* (2011) corroboram que a estabilidade econômica familiar influencia positivamente a decisão de permanecer, enquanto dificuldades financeiras motivaram a migração para a cidade em busca de melhores oportunidades.

Complementarmente, para Breitenbach e Corazza (2020), diversos os jovens têm motivações para um futuro laboral fora do meio rural, sendo as principais, as dificuldades e incertezas relacionadas ao trabalho agrícola; mais possibilidades de inserção no trabalho urbano; facilidade de acesso ao estudo e às comodidades no meio urbano. O desejo de morar, estudar e trabalhar na cidade, bem como as possibilidades de crescimento profissional, para muitos jovens, supera as expectativas de futuro no meio rural.

Apesar da percepção positiva do Pronaf Jovem como incentivo à permanência no campo, 21 jovens (51,22%) ainda têm dúvidas sobre como o programa pode contribuir para atividades rentáveis. Essa incerteza, comum em outras pesquisas, reflete a falta de clareza e de informação sobre o programa, gerando insegurança entre os jovens (Marin,

2020). A seguir, a próxima seção, aborda a etapa qualitativa da pesquisa, com a percepção dos dois estudantes que manifestaram conhecer o Pronaf Jovem.

Os entraves e desafios do Pronaf Jovem em Santana do Livramento

No contexto da agricultura familiar e das transformações econômicas recentes que tornam o espaço rural cada vez mais heterogêneo, a juventude rural apresenta potencial para contribuir com a geração de trabalho e renda, fortalecendo o associativismo, o cooperativismo e o acesso a diferentes mercados. Esse dinamismo pode impulsionar a economia local e melhorar as condições de vida no meio rural.

Dentre os estudantes entrevistados, apenas dois declararam conhecer o Pronaf Jovem e foram convidados a compartilhar suas percepções sobre o programa. Apesar da afirmação inicial, as entrevistas revelaram que somente um deles possuía conhecimento efetivo, ainda assim limitado às linhas tradicionais de crédito, demonstrando desconhecimento específico sobre a modalidade destinada à juventude rural.

Questionados sobre o que sabiam a respeito do Pronaf Jovem, um dos estudantes respondeu diretamente: “nada”, enquanto o outro mencionou conhecer o Pronaf de modo genérico: “só o Pronaf normal” (Entrevistado 01). Ao serem indagados sobre como receberam informações sobre o programa, ambos relataram fontes informais: um soube por meio dos pais e o outro mencionou ter recebido mensagem eletrônica: “foi no e-mail, eu acho” (Entrevistado 02).

A origem das informações também reforça a limitação do conhecimento: “como eu participo do que eles lidam, a gente lida com gado e eu entro pra pegar experiência” (Entrevistado 01), enquanto o segundo participante não soube especificar com precisão a origem: “foi no e-mail, eu acho” (Entrevistado 02).

Ambos relataram ausência de experiência direta com o Pronaf Jovem, desconhecendo inclusive casos de familiares ou conhecidos que tivessem acessado essa linha de crédito. Contudo, um dos estudantes compartilhou vivência relacionada ao Pronaf tradicional: “No Pronaf normal, quando começaram a lidar, não tinham informação e auxílio daí tinham dificuldades, mas hoje não tem tanto” (Entrevistado 01).

A fim de identificar formas de facilitar o acesso ao Pronaf Jovem, os estudantes foram solicitados a sugerir melhorias. Um deles ressaltou a importância da divulgação: “divulgação, anúncio no telefone, nas redes sociais, se fosse falado nas escolas” (Entrevistado 02). O outro destacou a necessidade de orientação técnica personalizada:

Ter uma pessoa que explique pros jovens, o que é isso. Porque a maioria dos jovens hoje em dia não sabe o que é Pronaf Jovem. Até o dia em que respondi o questionário, fui pesquisar pra saber o que era. A maioria das pessoas que mora no campo tem dificuldade de acesso até ao Pronaf normal, tinha que ser mais acessível. Os mais velhos têm mais dificuldades. (Entrevistado 01).

Para ambos os participantes, o crédito rural pode, de fato, contribuir para o desenvolvimento da agricultura familiar e incentivar a permanência da juventude no campo: “acho que pode” (Entrevistado 02). Quando solicitados a explicar como isso seria possível, destacaram aspectos ligados ao associativismo e ao empreendedorismo rural: “Se os jovens se interessarem e buscarem, acho que sim; entrarem em sociedades pode ser mais fácil” (Entrevistado 01); e “eles poderiam fazer alguma agroindústria, empreendedorismo no campo, ter mais lazer no campo” (Entrevistado 02).

As respostas sugerem a importância da atuação ativa dos gestores públicos na formulação e na execução de políticas que dialoguem diretamente com a realidade e as expectativas da juventude rural. Conforme Martins (2021), é imprescindível o reconhecimento dos jovens como agentes de transformação social, incorporando-os de maneira efetiva nas estratégias públicas de desenvolvimento rural sustentável. Somente dessa forma será possível engajá-los em novos arranjos socioeconômicos e políticos capazes de revitalizar o meio rural.

Diante da baixa difusão de informações e do desconhecimento evidenciado nas entrevistas, consultou-se a Matriz de Crédito Rural do Banco Central do Brasil para examinar a operacionalização do Pronaf Jovem nos últimos anos, com especial atenção ao número de contratos celebrados, ao volume total de recursos financiados e ao valor médio por contrato, conforme apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – *Evolução do Pronaf Jovem no Brasil entre os anos de 2015 e 2024*

Plano Safra*	Número de contratos	Valor acessado**	Valor médio dos contratos**
2015/2016	146	R\$ 2.098.106,79	R\$ 14.370,59
2016/2017	308	R\$ 5.841.744,09	R\$ 18.966,70
2017/2018	510	R\$ 10.424.828,50	R\$ 20.440,84
2018/2019	314	R\$ 6.202.356,86	R\$ 19.752,73
2019/2020	226	R\$ 4.633.594,03	R\$ 20.502,63
2020/2021	222	R\$ 3.850.276,16	R\$ 17.343,59
2021/2022	157	R\$ 2.948.590,98	R\$ 18.780,83
2022/2023	101	R\$ 1.469.706,41	R\$ 14.551,55
2023/2024	39	R\$ 638.463,71	R\$ 16.370,86

*Representa o ano agrícola no qual o valor foi acessado por uma pessoa

**Os valores foram deflacionados pelo IGP-M e representam os preços de dezembro de 2024.

Fonte: Elaboração própria, a partir do Bacen (2024).

Observa-se no Quadro 01 uma tendência geral de queda na quantidade de contratos efetivados em cada ano agrícola ao longo do período, com um pico em 2017/2018 (510 contratos) e o menor número registrado em 2023/2024 (39 contratos). Assim como o número de contratos, o valor acessado também apresenta uma tendência de queda ao longo do tempo, com o maior valor em 2017/2018 (R\$ 10.424.828,50) e o menor em 2023/2024 (R\$ 638.463,71). Apesar da queda no número de contratos e no valor total financiado, o valor médio dos contratos demonstra uma certa estabilidade, variando entre aproximadamente R\$ 14.370 e R\$ 20.440.

A tabela revela uma diminuição significativa tanto no número de contratos efetivados quanto no valor total financiado pelo Pronaf Jovem no Brasil. Por outro lado, o valor médio por contrato se manteve relativamente estável durante esse período, sugerindo que, embora menos jovens tenham acessado o programa, o valor médio do financiamento por beneficiário não sofreu uma queda proporcional.

Cabe destacar também que no Plano Safra 2023/2024 foram efetivados apenas oito contratos via Pronaf Jovem no estado do Rio Grande do Sul (RS), o valor total acessado foi de R\$ 199.122,58 e o valor médio dos contratos de R\$ 24.890,32. O fato evidencia números extremamente baixos em comparação com a dinâmica nacional, dado o potencial do RS, e ratifica ínfima a adesão ao Pronaf Jovem no estado.

Por fim, a presente pesquisa reforça os resultados prévios sobre o tema. Fossá, Matte e Mattei (2022), em análise sobre as operações do Pronaf Jovem no cenário nacional, verificaram a efetivação de apenas 1.998 contratos no período entre 2013 e 2020, em nível nacional, demonstrando a ineficácia do programa. A partir da realização de um estudo em uma região central do estado do Rio Grande do Sul, Marin (2020), considera que o Pronaf Jovem não passa de uma boa intenção, não apresentando os resultados esperados. A baixa adesão ao programa, refletida no número reduzido de contratos, demonstra a necessidade de melhorias para que o Pronaf Jovem atinja os seus objetivos.

Conclusões

Os jovens desempenham um papel crucial no desenvolvimento rural, sendo suas decisões determinantes para o futuro da agricultura familiar. O conhecimento sobre as políticas de crédito rural é fundamental para estimular sua permanência no campo. No entanto, no município de Santana do Livramento/RS, os estudantes de escolas rurais demonstram baixo nível de conhecimento a respeito dessas políticas. A pesquisa revelou que apenas dez dos 41 jovens assentados (24%) conheciam o Pronaf Jovem, o que impacta diretamente em sua decisão de permanecer ou não na zona rural. A desinformação sobre o programa agrava as dificuldades já enfrentadas pelos agricultores assentados, que frequentemente não dispõem de capital consolidado para investir em suas propriedades.

O estudo também evidenciou um interesse expressivo dos jovens em permanecer no meio rural (63,41%) e desenvolver projetos agrícolas próprios (56%). Nesse sentido, o Pronaf Jovem poderia constituir um instrumento estratégico, considerando que 47,5% dos jovens reconhecem a importância do crédito e acreditam que ele aumentaria sua disposição em permanecer no campo. Observou-se ainda que o interesse individual e o incentivo familiar exercem papel determinante no acesso ao crédito. As entrevistas qualitativas demonstraram que apenas um dos estudantes se motivou a buscar informações sobre o Pronaf Jovem após responder ao questionário, fato impulsionado pela experiência e orientação familiar relacionada ao Pronaf tradicional.

Os resultados reforçam a existência de entraves significativos no acesso ao crédito rural. Segundo os próprios jovens, a carência de informações básicas sobre o Pronaf Jovem – como requisitos de elegibilidade e valores financiáveis – limita a demanda pelo programa. Os achados desta pesquisa ratificam a necessidade de maior clareza, divulgação e transparência quanto ao funcionamento da linha de crédito. As dificuldades burocráticas já vivenciadas pelos pais no acesso a outras modalidades do Pronaf também contribuem para desestimular os jovens, reforçando a percepção de inacessibilidade ao crédito rural. Além disso, dez estudantes manifestaram intenção de migrar para a cidade, por não acreditarem que o Pronaf Jovem possa influenciar decisivamente em sua decisão de permanência no campo.

Por fim, destaca-se a importância de futuras investigações que contemplem a perspectiva governamental, visando compreender de que forma os gestores públicos estão buscando soluções para os desafios enfrentados pelos jovens rurais, em especial os assentados da reforma agrária. A falta de titulação definitiva das terras em Santana do Livramento levanta questionamentos adicionais sobre as reais possibilidades de acesso dos jovens assentados ao Pronaf Jovem. Tal desconhecimento do programa pode, inclusive, estar relacionado à desmotivação gerada pela ausência de garantias quanto à permanência nos lotes, comprometendo as perspectivas de sucessão e continuidade da agricultura familiar.

Referências

- Aguiar, J. S. (2011). *Uso da terra, técnica e territorialidade: Os assentamentos de Santana do Livramento, RS* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).
- Aquino, J. R. de, Gazolla, M., & Schneider, S. (2021). Tentativas de inclusão da agricultura de base ecológica no Pronaf: Do otimismo das linhas de crédito verde ao sonho frustrado do I Planaplo. *Revista Grifos*, 30(51), 1–20.
- Aquino, J. R. de, & Schneider, S. (2015). O Pronaf e o desenvolvimento rural brasileiro: Avanços, contradições e desafios para o futuro. In *Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil* (pp. 53–81). Porto Alegre: UFRGS.

Alves, M. & Troian, A.

- Araújo, J. A., Alencar, M. O. de, & Vieira Filho, J. E. R. (2020). Crédito rural e agricultura familiar no Brasil: Uma avaliação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. *Redes*, 25(3), 2009–2034.
- Bacen. (2024). *Matriz de Dados do Crédito Rural: Crédito concedido*. Banco Central do Brasil. <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/micrrural>
- Banco do Brasil. (2004). Evolução histórica do crédito rural. *Revista de Política Agrícola*, 1(4), 10–17.
- Barcellos, S. B. (2021). As políticas públicas para a juventude rural: O Pronaf Jovem em debate. *Planejamento e Políticas Públicas*, 48, 1–24.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo* (70 ed.). Lisboa: Edições 70.
- BNDES. (2024a). *Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf>
- BNDES. (2024b). *Pronaf Jovem – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar*. <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/pronaf-jovem>
- Brasil. (2022). Declaração de Aptidão. Ministério da Agricultura e Pecuária. <https://www.gov.br/pt-br/noticias/agricultura-e-pecuaria/2022/07/emissao-da-declaracao-de-aptidao-ao-programa-nacional-da-agricultura-familiar-se-ra-encerrada-em-outubro>
- Breitenbach, R., & Corazza, G. (2020). Jovens rurais do Rio Grande do Sul/Brasil: Questões de gênero na sucessão geracional rural. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 16(3), 413–428.
- Breitenbach, R., & Troian, A. (2020). Permanência e sucessão no meio rural: O caso dos jovens de Santana do Livramento/RS. *Revista Ciências Sociais*, 1(56), 26–37.
- Carvalho, D. M. de, & Costa, J. E. da. (2020). O Pronaf e a inserção técnico-produtiva nas unidades familiares de Sergipe. *Revista Grifos*, 30(51), 350–377.
- Costa, P. I., Corbari, F., & Zonin, V. J. (2021). Diálogos com a juventude rural e os caminhos para a sucessão familiar no município de Pato Bragado-PR. In V. J. Zonin & D. C. Kroth (Orgs.), *Juventude rural e sucessão na agricultura familiar* (pp. 87–110). Curitiba: Appris.
- Cupsinski, T. C. (2015). *Agricultura familiar: Uma perspectiva de crescimento e de desenvolvimento em Santana do Livramento/RS* (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Pampa).
- Drebes, L. M., & Oliveira, F. S. (2018). A construção social da juventude rural diante dos processos migratórios. *Desenvolvimento em Questão*, 42, 375–404.
- Ferron, J. da L., Troian, A., & Breitenbach, R. (2021). Agricultura familiar e reprodução social: Estratégias dos assentados de Santana do Livramento/RS. *Desenvolvimento em Questão*, 19(57), 138–155.
- Fossá, J. L., Badalotti, R. M., & Tonezer, C. (2018). As linhas alternativas do Pronaf em Santa Catarina: Alcances e limites. *Acta Ambiental Catarinense*, 15(1), 55–70.
- Fossá, J. L., Matte, A., & Mattei, L. F. (2022). A trajetória do Pronaf: Análise das operações de crédito nos municípios brasileiros entre 2013 e 2020. *Extensão Rural*, 29(1), e1. <https://doi.org/10.5902/2318179668371>
- Fossá, J. L., Troian, A., Tavares, L. F., Rodrigues, M. da S., & Maciel, M. D. A. (2024). Fortalecendo o quê? O Pronaf na capital nacional da agricultura familiar (Canguçu/RS). *Revista de Economia e Agronegócio*, 22(1), 1–21.
- Fossá, J. L., Villwock, A. P. S., & Matte, A. (2024). Análise da distribuição do crédito rural entre as unidades da federação no período de 2013 a 2022. *Desenvolvimento em Questão*, 22(60), 1–24.
- Galvão, M. C. B., Pluye, P., & Ricarte, I. L. M. (2018). Métodos de pesquisa mistos e revisões de literatura mistas: Conceitos, construção e critérios de avaliação. *Revista de Ciência da Informação e Documentação*, 8(1), 4–24.
- Gazolla, M., & Schneider, S. (2013). Qual “fortalecimento” da agricultura familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 51(1), 45–68.
- Grisa, C., & Schneider, S. (2015). Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e estado no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52, 125–146.

- Grisa, C., Wesz Junior, V. J., & Buchweitz, V. D. (2014). Revisitando o Pronaf: Velhos questionamentos, novas interpretações. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 52(1), 323–346.
- Gugel, J. T., et al. (2017). Pronaf Jovem em Santa Catarina: Abrangência, limites e desafios. In *Anais do 55º Congresso da SOBER*. Brasília: SOBER.
- Johnson, R. B., et al. (2007). Toward a definition of mixed methods research. *Journal of Mixed Methods Research*, 1(2), 112–133.
- Machado, B. de S., et al. (2024). Access and impact of Pronaf in Brazil: Evidence on typologies and regional concentration. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 62(3), e223101.
- Maia, J. F., Troian, A., & Maciel, M. D. A. (2024). A imaterialidade do material: O Pampa Gaúcho na prática e no imaginário dos agricultores e pecuaristas familiares agroecológicos. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, 20(1), 1–22.
- Marin, J. O. B. (2020). Pronaf Jovem: As disjunções entre o ideal e o real. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, 58(2), 279–296. <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2020.187438>
- Martins, L. R. (2021). Juventude rural no Brasil: Referências para debate. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 29(1), 94–112.
- Mattei, L. (2015). Políticas públicas de apoio à agricultura familiar: O caso recente do Pronaf no Brasil. *Raízes*, 35(1), 1–15.
- Miecoanki, F. R., & Moraes, M. L. (2019). A permanência do jovem no campo: Uma análise para a mesorregião sudoeste do Paraná. *Revista de Extensão da UNIVASF*, 7(2), 154–176.
- Monteblanco, F. L. (2013). *O espaço rural em questão: Formação e dinâmica da grande propriedade e dos assentamentos da reforma agrária em Santana do Livramento/RS* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).
- Noskoski, L. E. C., et al. (2024). O Pronaf no estado do Rio Grande do Sul: Uma revisão sistemática da literatura. *Revista de Gestão e Secretariado*, 15(5), e3836.
- PPP. (2024). *Plano Político Pedagógico 2024 da Escola Estadual de Ensino Médio Antônio Conselheiro*. Santana do Livramento, RS.
- Redivo, A. S. (2018). *A carteira de crédito agrícola e industrial (CREAI) e o modelo de financiamento do estado desenvolvimentista no Brasil entre 1937 e 1969* (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).
- Santo, T. C. (2023). *Panorama da expansão da soja no Brasil e no município de Sant’Ana do Livramento – RS* (Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Pampa).
- Schneider, S., Cazella, A. A., & Mattei, L. F. (2021). Histórico, caracterização e dinâmica recente do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. *Revista Grifos*, 30(51), 12–41.
- Silva, B. L., et al. (2023). Uma análise dos recursos do Pronaf pelo modelo de opção pública: De 1995 a 2020. *Revista Grifos*, 32(60), 1–19.
- Silva, M. G. da. (2025). *Agroecologia, sucessão familiar e políticas públicas: Percepção dos jovens residentes em assentamentos de reforma agrária no município de Tamandaré, PE* (Trabalho de Conclusão de Curso, Instituto Federal de Pernambuco).
- Silva, S. S. da, Antoniazzi, E. A., & Novak, M. A. L. (2019). O Pronaf como instrumento de fixação do agricultor familiar no campo, evitando o êxodo rural. *Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate*, 5(2), 66–93.
- Troian, A. (2014). *Percepções e projetos de jovens rurais produtores de tabaco de Arroio do Tigre/RS* (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul).

Troian, A., & Breitenbach, R. (2018). Jovens e juventudes em estudos rurais do Brasil. *Interações*, 19(4), 789–802.

Troian, A., et al. (2011). Jovens e a tomada de decisão entre sair e permanecer no meio rural: Um estudo de caso. *Revista*

Alves, M. & Troian, A.

de Extensão e Estudos Rurais, 1(2), 1–12.

Notas al final

1A pesquisa contém resultados parciais da pesquisa de conclusão de curso do primeiro autor. Ela se desenvolveu no âmbito do grupo de pesquisas CNPq Ceder – Círculo de Estudos em Desenvolvimento e Ruralidades (<https://sites.unipampa.edu.br/ceder/>).